



Clipping

Veículo: Jornal Diário do Comércio
Data: 13/07/2010
Editoria: Agronegócio
Página: 18

“Siderurgia verde” avança

REPORTAGEM LOCAL.

O governador Antonio Anastasia, em reunião com a direção do Banco Mundial (Bird), em Washington (EUA), na última sexta-feira, avançou nas negociações para que Minas Gerais seja o primeiro Estado brasileiro contemplado com o Fundo Ambiental para Ampliação do Sequestro de Carbono do Bird. As siderúrgicas mineiras substituirão o uso de combustível mineral (fóssil) e do carvão de matas nativas por carvão de florestas plantadas.

Com isso, o Estado contribuirá com a redução da emissão de gases do efeito estufa. Minas já é hoje o Estado brasileiro com a maior área de florestas plantadas, com cerca de 1,4 milhão de hectares.

As negociações entre o governo do Estado e Bird estão avançadas e a expectativa é que o recurso comece a ser liberado até o fim do ano, quando o Banco Mundial pretende definir o valor a ser repassado para o Fundo Ambiental. O programa vai aumentar a extensão de área verde no Estado e resgatar da atmosfera toneladas de carbono emitidas pelas siderúrgicas na produção do ferro-gusa.

Minas também será o primeiro estado brasileiro a implantar a chamada “*siderurgia verde*”, termo usado por especialistas para as empresas do setor que não utilizam o combustível mineral na produção de ferro-gusa. Uma tonelada de ferro-gusa produzido com o carvão mineral injeta na atmosfera 1,9 tonelada de carbono. Por outro lado, uma floresta plantada para fornecer carvão vegetal que será usado na produção de uma tonelada de gusa é capaz de resgatar 1,1 tonelada de carbono.

A negociação junto ao Bird ganha maior relevância em razão de a siderurgia vir registrando desempenho positivo nos últimos anos em todo o país. A produção nacional de aço bruto somou 2,9 milhões de toneladas em maio deste ano, aumento de 51% em relação ao mesmo mês de 2009.

Anastasia se comprometeu ainda com o Bird a colocar o governo de Minas à disposição de países africanos, repassando práticas conservacionistas ambientais adotadas no Estado.

Legislação - A proposta apresentada pelo governador do Estado ao Bird é mais um exemplo das ações do Estado para preservar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Minas tem hoje a legislação mais rigorosas do país para a preservação e recuperação de matas nativas. A nova Lei Florestal, sancionada em setembro de 2009, fixa, de forma inédita no Brasil, limites para o consumo legal de produtos originados da vegetação nativa de Minas.

O texto estabelece que, a partir de 2018, o consumo de produtos e subprodutos florestais de matas nativas não deverá ser maior do que 5%. A legislação anterior permitia que as indústrias suprissem toda a sua demanda por matéria-prima com produtos florestais de mata nativa, desde que houvesse reposição florestal.

Até 2013, as indústrias devem utilizar, no máximo, 15% de produtos procedentes dessas florestas. De 2014 a 2017, o máximo permitido será de 10%. As novas empresas que se instalarem no Estado já estão obrigadas, com a nova lei, a comprovar que seu consumo é de 95% de matéria-prima proveniente de florestas plantadas.

Caso alguma empresa opte por manter o consumo de matéria-prima florestal nativa até o limite de 15% terá que garantir a reposição em proporções fixadas pela lei.

Proteção - Desde 2003, Minas registrou aumento de 30% de hectares de áreas verdes protegidas. Atualmente, o Estado conta com 237 unidades de conservação, sendo 138 criadas no governo Aécio Neves. Há cerca de 2 milhões de hectares de áreas protegidas, dos quais 675 mil são de proteção integral.

Minas também conta com a maior área remanescente de mata atlântica do país (2,6 milhões de hectares do bioma). As ações do Estado têm resultado em quedas sucessivas nas áreas desmatadas. Segundo a SOS Mata Atlântica, entre 1995 e 2000, foram desmatados 121.061 hectares no Estado. Entre 2000 e 2005, houve queda para 41.349 hectares. Já entre 2005 e 2008, o número reduziu para 32.728 hectares.

Em agosto de 2009, Minas aderiu à campanha “2020 *Climate leadership campaign*”, que propõe a antecipação em 30 anos de ações para frear o aquecimento global. Minas foi o primeiro Estado a aderir à campanha proposta pela ONG State of the World Fórum. A adesão de Minas aconteceu durante Conferência Preparatória para a Convenção Mundial sobre Mudanças Climáticas, realizada em Belo Horizonte.

* Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo.